



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova de Redação.Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

Distorção negligenciada

1 *Embora poucas vezes mencionadas nos debates sobre desigualdades, as doenças negligenciadas demonstram com perfeição a necessidade de haver mecanismos capazes de corrigir distorções globais.*

*Em entrevista a esta **Folha**, Eric Stobbaerts, diretor – executivo da Iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, na sigla em inglês), lembrou que tais enfermidades ameaçam uma em cada seis pessoas do planeta; não obstante, entre 2000 e 2011, apenas 4% dos 850 novos medicamentos aprovados no mundo tratavam dessas moléstias.*

As listas de moléstias variam de acordo com a agência que tenta capitanear sua causa. Têm em comum o fato de serem endêmicas em regiões pobres da África, da Ásia e das Américas. Nem sempre fatais, são bastante debilitantes.

Estão nesse grupo, por ordem de prevalência, helmintíase, esquistossomose, filariose, tracoma, oncocercose, leishmaniose, doença de Chagas e hanseníase. As três últimas e a esquistossomose são as mais relevantes para o Brasil.

10 *A maioria desses distúrbios pode ser prevenida e conta com tratamentos efetivos pelo menos para a fase aguda, mas, por razões econômicas e políticas, eles nem sempre chegam a quem precisa.*

Há, além disso, uma dificuldade relativa à ciência. Algumas das terapias disponíveis já têm quatro ou cinco décadas de existência. Investimentos em pesquisa poderiam levar a estratégias de prevenção e cura mais efetivas. Como essas doenças não são rentáveis, porém, os grandes laboratórios raras vezes se interessam por esse nicho.

15 *Organizações como a DNDi e outras procuram preencher as lacunas. A situação tem melhorado, mas os avanços são insuficientes.*

Seria sem dúvida ingenuidade esperar que a indústria farmacêutica se entregasse de corpo e alma à resolução do problema. Seu compromisso primordial é com seus acionistas – e essa é a regra do jogo. Isso não significa, contudo, que não possam fazer parte do esforço.

20 *O desejo de manter boas relações públicas combinado com uma política de estímulos governamentais pode produzir grandes resultados. Também seria desejável envolver com maior intensidade universidades e laboratórios públicos (onde os há, como é o caso do Brasil).*

Mais de 1 bilhão de humanos ainda sofrem, em pleno século 21, com doenças cujo controle é não só possível, mas também relativamente barato – eis um fato que depõe contra o atual estágio de nossa organização global.

(Folha de S. Paulo. Opinião. p. A3, 14/03/2014)

1. No processo argumentativo adotado no edital,

- (A) o segmento *Embora poucas vezes mencionadas nos debates sobre desigualdades* exprime ideia em relação tal de antinomia com o restante da frase, que desqualifica a alegação de que as *doenças negligenciadas* falam a favor da correção de distorções globais.
- (B) a caracterização destacada em *demonstram com perfeição* evidencia que, numa escala de valores, as doenças negligenciadas ocupam alto nível no que se refere à exposição da *necessidade de haver mecanismos capazes de corrigir distorções globais*.
- (C) a oferta da informação (*DNDi, na sigla em inglês*) deve ser atribuída à necessidade do jornalista de angariar credibilidade para a organização, confiabilidade de que depende, sobretudo, o grau de convencimento do leitor deste texto.
- (D) o fato de que *tais enfermidades ameaçam uma em cada seis pessoas do planeta* é apontado como causa próxima de que, *entre 2000 e 2011, apenas 4% dos 850 novos medicamentos aprovados no mundo tratavam dessas moléstias*.
- (E) o título – ***Distorção negligenciada*** –, tirando proveito da expressão *doenças negligenciadas*, tem a função restrita de qualificar o que se tem na frase inicial do texto: o fato de essas doenças serem poucas vezes mencionadas nos debates sobre desigualdades.

2. É fiel ao que se tem no 3º parágrafo a seguinte afirmação:

- (A) As moléstias negligenciadas são listadas de modos distintos, visto que as agências regulam, a seu modo, cada uma dessas doenças.
- (B) Na dependência da agência que ganha a concorrência, uma ou outra doença é retirada da lista oficial de moléstias negligenciadas e passa a ser tratada.
- (C) Um fator aproxima as doenças negligenciadas: ocorrem habitualmente e com incidência significativa em populações pobres da África, da Ásia e das Américas.
- (D) Doenças negligenciadas são aquelas moléstias infecciosas comuns e rápidas que se manifestam em surto periódico em populações pobres de regiões como a África, Ásia e Américas.
- (E) Em todos os continentes é comum ocorrerem doenças de caráter transitório, que atacam simultaneamente grande número de indivíduos.



3. O texto abona o seguinte comentário:
- (A) (linha 7) Na frase *Nem sempre fatais, são bastante debilitantes*, em que se apresenta o perfil das doenças negligenciadas, indicam-se dois relevantes traços possíveis de sua constituição.
 - (B) (linha 10) A frase *A maioria desses distúrbios [...] conta com tratamentos efetivos* é passível de ser transposta para a voz passiva.
 - (C) (linha 9) Infere-se corretamente que o desafio do Brasil é enfrentar tanto a prevenção, quanto a cura de quatro das doenças negligenciadas, visto que não há ocorrências das demais em solo brasileiro.
 - (D) (linha 10) O comentário *pelo menos para a fase aguda* constitui uma restrição, assim como é restritiva a expressão *A maioria desses distúrbios*, mas, no contexto, esses limites estão associados a avanços, ainda que nem sempre garantidos.
 - (E) (linha 10) A correlação entre *pode ser prevenida* e *conta com tratamentos efetivos* evidencia, por meio das formas verbais, a incoerência, respectivamente, entre as possibilidades técnicas e as ações levadas a efeito.

4. *Há, além disso, uma dificuldade relativa à ciência. Algumas das terapias disponíveis já têm quatro ou cinco décadas de existência. Investimentos em pesquisa poderiam levar a estratégias de prevenção e cura mais efetivas. Como essas doenças não são rentáveis, porém, os grandes laboratórios raras vezes se interessam por esse nicho.*

Considerado o trecho acima, é adequado o seguinte comentário:

- (A) A supressão da vírgula após a palavra *Há* preserva a correção da frase.
- (B) A correlação entre as formas verbais *Há* e *poderiam levar* evidencia a relação estabelecida entre o que efetivamente existe e a hipótese considerada bastante improvável.
- (C) Formulação alternativa ao uso de *têm* está correta assim – "existe a".
- (D) A expressão *mais efetivas*, em virtude do segmento que caracteriza, pode ser deslocada para depois da palavra *estratégias*, sem prejudicar o sentido original.
- (E) No contexto, o emprego de *já* contribui para a construção da ideia de que certas terapias têm longevidade que comprova sua eficiência.

5. *Seria sem dúvida ingenuidade esperar que a indústria farmacêutica se entregasse de corpo e alma à resolução do problema. Seu compromisso primordial é com seus acionistas – e essa é a regra do jogo. Isso não significa, contudo, que não possam fazer parte do esforço.*

Afirma-se com correção sobre aspecto do trecho acima:

- (A) Se, em vez de *resolução do problema*, houvesse "resolver o problema", seria correto manter o acento indicativo da crase – "se entregasse [...] à resolver o problema".
- (B) A palavra *primordial* está corretamente empregada, assim como está em "É primordial para o setor, sem dúvida alguma, as mudanças relativas à área de recursos humanos".
- (C) Justifica-se o uso do sinal de pontuação, na linha 2 do trecho acima, assim: "Não é raro o emprego de um só travessão para indicar que a parte final de um enunciado constitui um comentário marginal, de reduzida força para o desenvolvimento do raciocínio".
- (D) A substituição da conjunção *contudo* por "ainda que" não altera a relação que originalmente está estabelecida entre as frases do texto.
- (E) A substituição da forma verbal *possam fazer* por "possa fazer" estaria correta e adequada ao contexto.

6. *Também seria desejável envolver com maior intensidade universidades e laboratórios públicos (onde os há, como é o caso do Brasil).*

A redação alternativa à frase acima, que se apresenta clara, correta e fiel às ideias nela expostas, é:

- (A) Igualmente desejável seriam universidades e laboratórios públicos que se envolvessem mais intensamente, pois no caso do Brasil eles têm presença.
- (B) Da mesma maneira, seria desejável que fossem envolvidos mais intensamente universidades e laboratórios públicos, em lugares, como o Brasil, em que eles existem.
- (C) Em lugares em que estes existem (sendo o Brasil um caso de ter universidades e laboratórios públicos), seria também desejável seu intenso envolvimento.
- (D) Inclui-se no raciocínio que é desejável ter-se envolvimento de maior intensidade, de universidades e laboratórios aonde se encontram, como o caso do Brasil.
- (E) Equivalentemente, seria envolvimento desejável e intenso o das universidades e laboratórios públicos (em que, como o caso do Brasil, eles existem).



7. *Mais de 1 bilhão de humanos ainda sofrem, em pleno século 21, com doenças cujo controle é não só possível, mas também relativamente barato – eis um fato que depõe contra o atual estágio de nossa organização global.*

Na frase acima,

- (A) a correlação estabelecida por *não só... mas também* pode ser igualmente estabelecida por "tanto ... quanto também".
(B) *cujo* pode ser substituído, sem prejuízo da correção e do sentido, por "de que seu".
(C) o emprego de *sofrem*, no plural, é a única forma aceitável de concordância, segundo a norma-padrão.
(D) a expressão *com doenças* exprime ideia de "conformidade".
(E) o emprego de *depõe* é que infunde o sentido de negatividade ao segmento final.

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 12, considere o texto de Barbosa e Rabaça.

Leia com atenção o verbete abaixo, transcrito do **Dicionário de comunicação**, e as assertivas que o seguem.

Responsabilidade social

• (mk, rp) *Adoção, por parte da empresa ou de qualquer instituição, de políticas e práticas organizacionais socialmente responsáveis, por meio de valores e exemplos que influenciam os diversos segmentos das comunidades impactadas por essas ações. O conceito de responsabilidade social fundamenta-se no compromisso de uma organização dentro de um ecossistema, onde sua participação é muito maior do que gerar empregos, impostos e lucros. Seu objetivo básico é atuar no meio ambiente de forma absolutamente responsável e ética, inter-relacionando-se com o equilíbrio ecológico, com o desenvolvimento econômico e com o equilíbrio social. Do ponto de vista mercadológico, a responsabilidade social procura harmonizar as expectativas dos diferentes segmentos ligados à empresa: consumidores, empregados, fornecedores, redes de venda e distribuição, acionistas e coletividade. Do ponto de vista ético, a organização que exerce sua responsabilidade social procura respeitar e cuidar da comunidade, melhorar a qualidade de vida, modificar atitudes e comportamentos através da educação e da cultura, conservar a vitalidade da terra e a biodiversidade, gerar uma consciência nacional para integrar desenvolvimento e conservação, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida. Diz-se tb. **responsabilidade social corporativa** ou **RSC**. V. **ecossistema social, ética corporativa, empresa cidadã e marketing social.***

(BARBOSA, Gustavo e RABAÇA, Carlos Alberto. 2.ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001 – 10ª reimpressão, p. 639-40)

8. I. Para que o leitor leigo tenha acesso adequado a todas as informações que o texto acima disponibiliza, basta que, após a sua leitura, cumpra as remissões indicadas; são remissões indicadas as que estão expressas nos segmentos iniciados por *Diz-se tb.* e *V.*
- II. Para o entendimento do verbete deste dicionário especializado, contrariamente ao que ocorre com os verbetes dos dicionários da língua portuguesa, é imprescindível que o leitor se aproprie de todas as convenções utilizadas na obra; neste caso, que saiba que "mk" significa "*marketing*" e que "rp" significa "relações públicas".
- III. O verbete, neste dicionário especializado, é aberto por uma expressão; a sinonímia, igualmente assentada em expressão, é relevante nessa estrutura de vocabulário técnico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

9. O verbete transcrito, considerado até a *qualidade de vida*, organiza-se na sequência dos itens apresentados abaixo:

- (A) conceito; detalhamento do conceito (fundamento; objetivos fundamental e específicos da adoção citada).
(B) conceito amplo; conceito restrito; objetivos da política; detalhamento de distintos pontos de vista sobre o conceito.
(C) sinonímia da expressão; fundamento remoto da prática institucional; objetivos imediatos da prática, em distintos setores (mercadológico e ético).
(D) descrição minuciosa dos componentes da prática organizacional socialmente responsável; objetivos básico, mercadológico, ético.
(E) explicitação do conceito sob o ponto de vista do *marketing* e das relações públicas; fundamento dessas áreas; objetivos da política empresarial nessas distintas áreas; ganhos sociais propiciados pela prática eficiente.



10. Infere-se corretamente do verbete:
- (A) Políticas e práticas socialmente responsáveis são de competência constitutiva de empresas e de qualquer instituição.
 - (B) Valores e exemplos que influenciam os diversos segmentos que constituem uma comunidade neutralizam os impactos deletérios de empresas instaladas no entorno dessa comunidade.
 - (C) É dever de empresas, por determinação legal, a organização de um sistema que, incluindo os seres vivos e o ambiente, garanta inter-relacionamento harmônico entre todos os envolvidos.
 - (D) É pressuposto que uma empresa participe da geração de empregos, impostos e lucros.
 - (E) É inerente à atividade empresarial atuar no meio ambiente de forma absolutamente responsável e ética.
-
11. O segmento do verbete que apresenta descuido quanto à regência é:
- (A) *Adoção [...] de políticas e práticas organizacionais socialmente responsáveis.*
 - (B) *Seu objetivo básico é atuar no meio ambiente [...], inter-relacionando-se com o equilíbrio ecológico, com o desenvolvimento econômico e com o equilíbrio social.*
 - (C) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura respeitar e cuidar da comunidade.*
 - (D) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura [...] conservar a vitalidade da terra e a biodiversidade.*
 - (E) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura [...] promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida.*
-
12. Segmentos do texto receberam nova pontuação. O que mantém a adequação à norma-padrão é:
- (A) *Adoção, por parte da empresa ou de qualquer instituição, de políticas e práticas organizacionais socialmente responsáveis / Adoção por parte da empresa ou de qualquer instituição, de políticas e práticas organizacionais, socialmente responsáveis.*
 - (B) *Do ponto de vista mercadológico, a responsabilidade social procura harmonizar as expectativas dos diferentes segmentos ligados à empresa / Do ponto de vista, mercadológico, a responsabilidade social procura harmonizar as expectativas dos diferentes segmentos, ligados à empresa.*
 - (C) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura respeitar e cuidar da comunidade, melhorar a qualidade de vida / a organização – que exerce sua responsabilidade social – procura, respeitar e cuidar, da comunidade, melhorar a qualidade de vida.*
 - (D) *gerar uma consciência nacional para integrar desenvolvimento e conservação / gerar uma consciência nacional, para integrar, desenvolvimento e conservação.*
 - (E) *para integrar desenvolvimento e conservação, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida / para integrar desenvolvimento e conservação, ou seja: promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida.*
-
13. A alternativa que apresenta frase redigida de modo claro e condizente com a norma-padrão é:
- (A) Assim que ele viu-os sair apressados e com semblante sério, indagou-se sobre o que teria acontecido durante aqueles tensos minutos que estiveram na sala da diretoria?
 - (B) Exequibilidade à parte, o projeto do coordenador dos eventos exibia tanta riqueza de informação, a prenunciar sucesso, que não havia quem não os quisesse custear.
 - (C) Não se tratava de excrescências a serem relegadas mas, de itens absolutamente imprescindíveis ao bom encaminhamento das secções em que se fosse debater tantos e tão controversos temas.
 - (D) Levantada a hipótese de os assessores se contrapuserem à decisão intempestiva do diretor, ninguém hesitaria em lhes apoiar, pois sabiam que ele determinava, depois ponderava sobre o assunto decidido.
 - (E) Primeiramente em prioridade absoluta, tornar-se-ia necessário que se revisasse as últimas determinações do ministro, mas nada parecia indicar que o fizessem à tempo.



14. Não faltam clareza e correção, segundo a norma-padrão, à seguinte frase:
- (A) Eu estou entre aqueles que foi mau tratado pelo adjunto do secretário geral, por isso pretendo envidar todos os esforços para que ele responda pelos seus atos na medida exata da justiça.
 - (B) Estando emerso em decisões a tomar, não previu a possibilidade de, tempo findo, ser chamado a prestar contas e enumerar os impecilhos que o tornaram vulnerável a uma suspensão.
 - (C) Crêa você, ou não, o fato é que dissensões existem até na hora de organizar as homenagens decididas por consenso, pois os mais espontâneos, a rigor, são sempre os mais influentes nas deliberações finais.
 - (D) A homogenização dos ingredientes no tacho de cobre, é determinante de um bom ou medíocre resultado da receita, motivo porque muitos cozinheiros reservam toda a atenção e tempo a esse quesito.
 - (E) Acometido de forte disenteria, de que a palidez era sinal inequívoco, viu-se na iminência de ser internado, o que o impediu de comparecer ao julgamento como a testemunha mais importante da defesa.

Informática

15. Ana possui instalado em seu *notebook* de trabalho o Microsoft Office Professional Plus 2010, em português, na sua configuração padrão. Foi solicitada por seu chefe a escrever a ata de uma reunião com início em cinco minutos. Como não se recordava do formato adequado de uma ata de reunião formal, lembrou-se que o aplicativo Word possui um conjunto de modelos de documentos que inclui currículos, atas, convites, formulários etc. Para abrir um destes modelos de ata, Ana entrou no Microsoft Word, clicou
- (A) na guia Inserir, selecionou a opção Modelos de Documentos na divisão Modelos, clicou na opção Atas para abrir a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou no botão Baixar.
 - (B) na guia Página Inicial, selecionou Modelos do Office.com na divisão Estilo, clicou na opção Modelos Formais, clicou na opção Atas de Reunião, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou em Abrir.
 - (C) na opção Modelos de Documentos da guia Inserir, selecionou a opção Atas na divisão Modelos do Office.com, abriu a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou em Abrir.
 - (D) no menu Arquivo, em seguida, na opção Abrir, selecionou a opção Atas na divisão Modelos do Office.com, abriu a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou na opção Abrir.
 - (E) no menu Arquivo, em seguida, na opção Novo, selecionou a opção Atas na divisão Modelos do Office.com, abriu a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou em Baixar.
16. Luiza trabalha no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região do estado do Maranhão e recebeu uma planilha criada no Microsoft Excel 2010 em português, com apenas os nomes e os cargos dos magistrados que compõem o Tribunal, dados também presentes no *site* da instituição. A tarefa de Luiza é, a partir desta planilha, criar mais 2 colunas, uma com o primeiro nome dos magistrados e a outra com seu último sobrenome.

| | A | B | C | D |
|---|--------------------------------|-----------------|---------------|-----------|
| 1 | Nome completo | Cargo | Primeiro Nome | Sobrenome |
| 2 | Luiz Cosmo da Silva Júnior | Presidente | Luiz | Júnior |
| 3 | James Magno Araújo Farias | Vice-Presidente | James | Farias |
| 4 | Américo Bedê Freire | Desembargador | Américo | Freire |
| 5 | José Evandro de Souza | Desembargador | José | Souza |
| 6 | Gerson de Oliveira Costa Filho | Desembargador | Gerson | Filho |
| 7 | Márcia Andrea Farias da Silva | Desembargadora | Márcia | Silva |
| 8 | Ilka Esdra Silva Araújo | Desembargadora | Ilka | Araújo |

Para exibir o primeiro nome dos magistrados, Luiza digitou na célula C2 uma fórmula que obteve e exibiu apenas a primeira parte do nome contido na célula A2, neste caso, "Luiz". Em seguida Luiza arrastou a fórmula para as células abaixo, obtendo o primeiro nome de todos os demais membros do Tribunal. A fórmula correta digitada por Luiza na célula C2 foi

- (A) =SEERRO(DIREITA(A2;PROCURAR("-",A2)-1);A2)
- (B) =PROCURAR(ESQUERDA(A2,1);A2)
- (C) =SEERRO(ESQUERDA(A2;PROCURAR(" ";A2)-1);A2)
- (D) =SEERRO(LEFT(A2;PROCURAR(A2)-1);A2)
- (E) =SEERRO(ESQUERDA(A2;PROCURAR(" ";A2)+1);A2)



17. A seguinte figura apresenta um ícone presente na Área de trabalho do sistema operacional Windows em suas versões mais recentes.



Na figura, o ícone com a sobreposição do símbolo com a seta

- (A) indica que o ícone foi criado a partir de um *download* de programa da Internet.
- (B) representa um arquivo criado no Bloco de Notas.
- (C) indica que o ícone é um Atalho para o programa Bloco de Notas.
- (D) representa uma cópia do programa Bloco de Notas.
- (E) indica que o ícone é um Atalho para um arquivo criado no Bloco de Notas.

Noções de Gestão Pública

18. Considere que o TRT da 16ª Região está elaborando o seu Planejamento Estratégico. A etapa de análise do microambiente organizacional ou Ambiente de Tarefa, contempla:
- (A) Fornecedores e clientes do TRT.
 - (B) Departamento de compras, concorrentes, entidades de classe.
 - (C) Departamento de recursos humanos, fornecedores e sindicatos.
 - (D) Economia, Sindicatos e Tribunal Regional do Trabalho de outra região.
 - (E) Demografia, governo, fornecedores.
-
19. Sobre o Planejamento e Gestão Estratégica, descrito na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça, está correto afirmar:
- (A) Os tribunais garantirão a participação efetiva de serventuários e de magistrados de primeiro e segundo graus, indicados pelas respectivas entidades de classe, na elaboração e na execução de suas propostas orçamentárias e planejamentos estratégicos.
 - (B) Os planejamentos estratégicos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional, devem ter uma abrangência mínima de quatro anos e deverão ter, pelo menos, um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
 - (C) As propostas orçamentárias dos tribunais devem ser alinhadas aos respectivos planejamentos táticos para que sejam garantidos os recursos necessários a sua execução.
 - (D) Os Tribunais promoverão Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) semestrais para acompanhamento dos resultados das metas fixadas, oportunidade em que poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho.
 - (E) Um dos objetivos estratégicos é facilitar o acesso à Justiça, com o objetivo de centralizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.
-
20. O orçamento corresponde ao principal instrumento da Administração pública para traçar programas, projetos e atividades para um período financeiro. Sobre orçamento público é INCORRETO afirmar:
- (A) É dividido em três aspectos pela doutrina contábil: financeiro, econômico e jurídico.
 - (B) É o documento no qual é previsto o valor monetário que, num período determinado (geralmente 1 ano), deve “entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes”.
 - (C) É o demonstrativo orgânico da economia pública, representando o retrato real da vida do Estado onde o governo terá de decidir quanto, em que e como vai gastar o dinheiro que arrecadará dos contribuintes.
 - (D) É a lei da iniciativa do Poder Legislativo e, aprovada pelo poder Executivo, que estima receita e fixa despesa para o exercício financeiro.
 - (E) Sistema orçamentário é a estrutura formada por organizações, pessoas, informações, tecnologia, normas e procedimentos necessários ao cumprimento das funções fixadas para a Administração pública.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Xisto, Procurador de Justiça do Estado do Maranhão, é nomeado pelo Presidente da República Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, após ter o seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal. Para ser escolhido Corregedor Nacional, Xisto deverá
- (A) ser eleito, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, vedada a recondução.
 - (B) ser eleito, em votação aberta, dentre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, permitida uma recondução.
 - (C) necessariamente ser o conselheiro com mais idade integrante do Conselho, com exceção do Procurador-Geral da República, que preside o Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (D) ser eleito, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, permitida uma recondução.
 - (E) ser indicado, obrigatoriamente pelo Procurador-Geral da República, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, para posteriormente ser nomeado pelo Presidente da República.
22. Mirela, advogada, é casada com Pedro, Prefeito do Município "X" do Estado do Maranhão, não sendo titular de qualquer mandato eletivo. No curso do mandato de Pedro, Mirela e Pedro dissolvem o vínculo conjugal por meio de divórcio devidamente homologado pelo Poder Judiciário. Mirela pretende concorrer no próximo pleito municipal a um cargo eletivo no Município "X". Neste caso, Mirela
- (A) poderá concorrer normalmente ao cargo de Vereadora, mas é inelegível para os cargos de Prefeita e Vice-Prefeita do Município.
 - (B) não poderá concorrer ao cargo eletivo, por ser inelegível, nos termos da Constituição Federal.
 - (C) poderá concorrer normalmente aos cargos de Prefeita, Vice-Prefeita ou Vereadora do Município, sem qualquer restrição.
 - (D) poderá concorrer normalmente aos cargos de Prefeita, Vice-Prefeita ou Vereadora do Município desde que a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido há mais de seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá concorrer apenas ao cargo de Vereadora do Município desde que a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido há mais de seis meses antes do pleito, sendo inelegível para os cargos de Prefeita e Vice-Prefeita.
23. Sávio, Deputado Estadual do Maranhão, pretende ajuizar *habeas data* contra ato do Ministro da Economia. A competência para processar e julgar o *habeas data* que será ajuizado por Sávio será do
- (A) Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
 - (D) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
 - (E) Tribunal de Justiça de Brasília.
24. Um determinado Banco Privado do País ajuizou ação de interdito proibitório para que seus clientes e funcionários tenham acesso às agências bancárias em decorrência de movimento grevista de bancários que realizam "piquete" nas portas das agências no Estado do Maranhão. Neste caso, a competência para processar e julgar a demanda é
- (A) da Justiça do Trabalho.
 - (B) da Justiça Comum Estadual de 1º grau.
 - (C) originária do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
 - (D) originária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
 - (E) originária do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
25. É competência privativa do Presidente da República, de acordo com a Constituição Federal, prestar,
- (A) anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
 - (B) trimestralmente, ao Congresso Nacional, as contas referentes ao seu mandato.
 - (C) anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de até trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
 - (D) semestralmente, ao Congresso Nacional, as contas referentes ao seu mandato.
 - (E) anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
26. Beltrano, agente público, foi processado por improbidade administrativa, haja vista ter praticado ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração pública. Em sua defesa, alega que agiu sem qualquer intenção de praticar o ato ímprobo, isto é, com conduta meramente culposa, razão pela qual pleiteou a improcedência da demanda. A tese de defesa de Beltrano, caso efetivamente comprovada,
- (A) constitui causa de agravamento das sanções previstas na Lei de Improbidade.
 - (B) não afasta o ato ímprobo.
 - (C) constitui causa de redução das sanções previstas na Lei de Improbidade.
 - (D) afasta o ato ímprobo.
 - (E) afasta única e exclusivamente a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos.
27. Poliana, após tomar posse em determinado cargo público, não entrou em exercício no prazo estabelecido. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a conduta de Poliana acarretará sua
- (A) demissão.
 - (B) exoneração de ofício.
 - (C) cassação de disponibilidade.
 - (D) suspensão por noventa dias, até que regularize a falta cometida.
 - (E) advertência, compelindo-a a regularizar a falta cometida.
28. Considere as afirmações abaixo.
- I. O poder disciplinar não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
 - II. Os órgãos consultivos, embora incluídos na hierarquia administrativa para fins disciplinares, fogem à relação hierárquica no que diz respeito ao exercício de suas funções.
 - III. A discricionariedade existe, ilimitadamente, nos procedimentos previstos para apuração da falta funcional, pois os Estatutos funcionais não estabelecem regras rígidas como as que se impõem na esfera criminal.
- A propósito dos poderes disciplinar e hierárquico, está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.



29. Facundo, Auditor Fiscal da Receita Federal, pretende multar a Fundação "Vida e Paz", fundação instituída e mantida pelo Poder Público, haja vista que a mesma jamais pagou imposto sobre seu patrimônio, renda e serviços. Nesse caso,
- (A) Facundo apenas pode cobrar tributo pelos serviços exercidos pela fundação, mas não sobre a renda e o patrimônio, os quais detém imunidade tributária.
- (B) correta a postura de Facundo, vez que a citada fundação não detém imunidade tributária.
- (C) correta a postura de Facundo, pois apenas as autarquias possuem imunidade tributária.
- (D) incorreta a postura de Facundo, vez que a fundação possui imunidade tributária relativa aos impostos sobre seu patrimônio, renda e serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou as delas decorrentes.
- (E) Facundo apenas pode cobrar tributo sobre a renda da fundação, mas não sobre seus serviços e patrimônio, os quais detém imunidade tributária.
-
30. João, Manoela e Francisco, todos servidores públicos federais, praticaram condutas sujeitas às respectivas sanções previstas na Lei nº 8.112/90. João recusou-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente. Manoela revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Francisco aliciou seus subordinados para que se filiassem a um determinado partido político. A ação disciplinar prescreverá em dois anos para a sanção referente à(s) falta(s) praticada(s) por
- (A) João, Manoela e Francisco.
- (B) João e Francisco.
- (C) Manoela.
- (D) Manoela e Francisco.
- (E) João.
-
31. No tocante as fontes do Direito do Trabalho considere:
- I. As fontes formais traduzem a exteriorização dos fatos por meio da regra jurídica.
- II. São fontes formais do Direito do Trabalho as portarias ministeriais e a Constituição Federal brasileira.
- III. A sentença normativa e as leis são fontes materiais autônomas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) II.
-
32. Jussara é empregada da empresa X exercendo o cargo de vendedora externa de produtos, visitando todos os dias diversos clientes, em suas residências, escritórios e consultórios. Para o desempenho de suas atividades, Jussara utiliza-se de um veículo fornecido pelo empregador. Considerando que Jussara, além de utilizar-se do veículo para a realização de seu trabalho também o faz em atividades particulares, neste caso, o veículo fornecido
- (A) possui natureza salarial, incorporando-se na sua remuneração apenas para alguns efeitos.
- (B) possui natureza salarial, incorporando-se na sua remuneração para todos os efeitos.
- (C) não tem natureza salarial.
- (D) somente não terá natureza salarial se a empresa fornecer o combustível como ajuda de custo.
- (E) somente terá natureza salarial se utilizado com habitualidade e exclusivamente pela empregada.
-
33. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Vilma deixou seu emprego, porém foi readmitida no quadragésimo quinto dia subsequente à sua saída.
- II. Katia permaneceu em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 45 dias.
- III. Manoela percebeu da Previdência Social prestações de acidente de trabalho por 45 dias contínuos.
- IV. Berenice percebeu da Previdência Social prestações de auxílio-doença por 45 dias descontínuos.
- Nestes casos, considerando que Vilma, Katia, Manoela e Berenice são empregadas da empresa XXX Ltda, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, terão direito a férias
- (A) Vilma, Katia, Manoela e Berenice.
- (B) Manoela e Berenice, apenas.
- (C) Vilma, Manoela e Berenice, apenas.
- (D) Katia e Manoela, apenas.
- (E) Katia e Berenice, apenas.
-
34. Fernanda, empregada da empresa ZZZ Ltda, possui cinquenta e sete anos de idade. No período noturno, Fernanda decidiu estudar Jornalismo e está matriculada na Faculdade X, cursando o primeiro semestre do referido curso. Assim, Fernanda tem dúvidas a respeito do gozo de suas férias e resolveu consultar sua amiga, Teodora, que está no último ano do curso de Direito da mesma Faculdade. Teodora respondeu que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Fernanda
- (A) possui direito de gozar suas férias de uma só vez, mas não terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- (B) possui direito de gozar suas férias de uma só vez e terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- (C) não possui direito de gozar suas férias de uma só vez, mas terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- (D) não possui direito de gozar suas férias de uma só vez, bem como não terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- (E) somente possuirá direito de gozar de suas férias de uma só vez quando completar sessenta anos de idade, sendo que para possuir direito a fazer coincidir suas férias com as escolares deverá solicitar previamente ao empregador com antecedência de trinta dias.
-
35. Considere as seguintes hipóteses: A empresa "A" passa a exigir que seus empregados trabalhem de uniforme e a empresa "B" muda o maquinário da empresa para se adequar às modificações tecnológicas. Estes casos são exemplos de *jus variandi*
- (A) extraordinário.
- (B) ordinário.
- (C) ordinário e extraordinário, respectivamente.
- (D) extraordinário e ordinário, respectivamente.
- (E) indireto e extraordinário, respectivamente.



| | |
|---|---|
| <p>36. No tocante às convenções e acordos coletivos de trabalho, considere:</p> <p>I. O acordo coletivo de trabalho é o instrumento normativo que decorre da negociação coletiva, sendo firmado, em regra, pelo sindicato da categoria profissional com uma ou mais empresas.</p> <p>II. O acordo coletivo não é fonte do Direito do Trabalho, uma vez que estabelece normas genéricas e abstratas.</p> <p>III. A cláusula de convenção coletiva de trabalho que prevê multa ao sindicato que descumprir a convenção coletiva classifica-se em obrigacional.</p> <p>IV. O prazo máximo de duração de convenção coletiva de trabalho são três anos, permitida uma única prorrogação desde que dentro deste período.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e IV.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p> | <p>39. Claudiomar, sócio-gerente da empresa "M" Ltda descobriu que Bruno, um de seus empregados do setor de montagem de peças, foi condenado em processo criminal pela prática do crime de estelionato qualificado. O referido processo encontra-se em fase de recurso e Bruno respondendo em liberdade. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Claudiomar</p> <p>(A) poderá rescindir imediatamente o contrato de Bruno por justa causa, havendo dispositivo legal expresso neste sentido, devendo notificar previamente o empregado.</p> <p>(B) não poderá rescindir o contrato de Bruno por justa causa independentemente da aplicação de pena e do trânsito em julgado uma vez que não guarda qualquer relação com o contrato de trabalho.</p> <p>(C) só poderá rescindir o contrato de Bruno por justa causa após o trânsito em julgado da sentença condenatória, caso não haja suspensão da execução da pena.</p> <p>(D) só poderá rescindir o contrato de Bruno por justa causa após o trânsito em julgado da sentença condenatória e independentemente da ocorrência ou não de suspensão da execução da pena.</p> <p>(E) poderá rescindir imediatamente o contrato de Bruno por justa causa, havendo dispositivo legal expresso neste sentido, independente de prévia notificação do empregado.</p> |
| <p>37. Vera é empregada da empresa "S" Ltda e recebe seu salário na base de tarefa. Ontem, Vera teve seu contrato de trabalho rescindido. Neste caso, para recebimento de seu aviso prévio indenizado, o cálculo será feito de acordo com</p> <p>(A) a média dos últimos doze meses de serviço.</p> <p>(B) a média dos últimos seis meses de serviço.</p> <p>(C) a média dos últimos dois meses de serviço.</p> <p>(D) o valor recebido no mês anterior ao mês da rescisão contratual.</p> <p>(E) o valor recebido no mês anterior ao mês da rescisão contratual acrescido de 50%.</p> | <p>40. A legitimidade para recorrer e o depósito prévio trabalhista são pressupostos recursais</p> <p>(A) subjetivo e objetivo, respectivamente.</p> <p>(B) objetivo e subjetivo, respectivamente.</p> <p>(C) subjetivos.</p> <p>(D) objetivos.</p> <p>(E) objetivo e legal, respectivamente.</p> |
| <p>38. Considere os seguintes itens:</p> <p>I. Gratificações.</p> <p>II. Prêmios.</p> <p>III. Participações nos lucros da empresa.</p> <p>Para o cálculo do adicional de periculosidade</p> <p>(A) incidem as verbas indicadas apenas em II e III.</p> <p>(B) incidem as verbas indicadas em I, II e III.</p> <p>(C) incidem as verbas indicadas apenas em I e II.</p> <p>(D) não incidem as verbas indicadas apenas em I e II.</p> <p>(E) não incidem as verbas indicadas em I, II e III.</p> | <p>41. Gabriel, proprietário de diversos imóveis, teve um terreno penhorado por uma dívida trabalhista da qual não é devedor e não faz ou fez parte da relação processual. Neste caso, Gabriel interpôs embargos de terceiro. Assim, considerando que os referidos embargos já se encontram em grau recursal, da decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho competente</p> <p>(A) caberá recurso de revista, no prazo de 8 dias, em todas as hipóteses previstas expressamente na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(B) não caberá recurso de revista em qualquer hipótese.</p> <p>(C) não caberá recurso de revista, salvo apenas na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.</p> <p>(D) não caberá recurso de revista, salvo na hipótese de interpretação diversa de mesmo dispositivo de lei federal a Súmula de Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(E) não caberá recurso de revista, salvo na hipótese de interpretação diversa de mesmo dispositivo de lei federal ou estadual, da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho.</p> |



42. Em determinada reclamação trabalhista o Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão – CRM-MA foi condenado em R\$ 11.000,00 relativo a danos morais sofridos por ex-empregado. O CRM-MA pretende interpor recurso ordinário. Neste caso, no tocante às custas processuais, estas
- (A) serão devidas no importe de R\$ 220,00.
 (B) serão indevidas uma vez que o CRM-MA é isento do recolhimento de custas processuais.
 (C) serão devidas no importe de R\$ 110,00.
 (D) serão devidas no importe de R\$ 330,00.
 (E) somente serão devidas a final e dependerão do valor da condenação após o trânsito em julgado da demanda.
43. Sérgio ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora a empresa “Z”, dando à causa o valor de R\$ 24.780,00. Na data designada para a audiência Una, suas três testemunhas deixaram de comparecer. Sérgio não comprovou que as convidou para a referida audiência. Neste caso, o M.M. juiz
- (A) deverá obrigatoriamente intimar duas das três testemunhas de Sérgio, devendo o mesmo escolher quais testemunhas pretende ouvir e determinar a expedição das respectivas intimações.
 (B) não está obrigado a deferir intimação de nenhuma das testemunhas ante a ausência de prova de que as mesmas teriam sido convidadas para prestarem depoimento testemunhal.
 (C) deverá obrigatoriamente intimar as três testemunhas de Sérgio, devendo determinar a expedição da respectiva intimação.
 (D) deverá fornecer o prazo de quarenta e oito horas para que Sérgio informe os dados pessoais das testemunhas, determinado, após, a expedição das respectivas intimações.
 (E) deverá marcar nova data para a referida audiência, oportunidade em que Sérgio poderá comparecer com suas testemunhas independentemente de intimação.
44. Considere as seguintes assertivas a respeito da praça, leilão e da arrematação:
- I. Concluída a avaliação, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de quinze dias.
 II. O sinal para garantir o lance é de 50% sobre o seu valor.
 III. O arrematante terá cinco dias para pagar o preço da arrematação, prazo este contado do dia da praça.
 IV. Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar no prazo legal o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal que foi dado, voltando à praça os bens executados.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 (B) II.
 (C) I e III.
 (D) II e IV.
 (E) IV.
45. No tocante ao Procedimento Sumaríssimo, dispõe o artigo 852-D da CLT que: *O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.* Neste caso, está presente o Princípio
- (A) da Imediatidade.
 (B) Dispositivo.
 (C) da Identidade física do juiz.
 (D) Inquisitivo.
 (E) do Juiz natural.
46. As testemunhas que prestam depoimento segundo os fatos que tiveram notícias são testemunhas
- (A) originárias.
 (B) oculares.
 (C) auriculares.
 (D) referidas.
 (E) instrumentárias.
47. Em determinada reclamação trabalhista foi determinada a penhora *on line* de ativos financeiros do executado. No tocante aos bens impenhoráveis, a quantia depositada em caderneta de poupança é
- (A) penhorável, tendo em vista a natureza alimentar do crédito trabalhista.
 (B) impenhorável, até o limite de 40 salários mínimos.
 (C) impenhorável, independente do valor depositado.
 (D) impenhorável, até no máximo 30 salários mínimos.
 (E) impenhorável, até no máximo 20 salários mínimos.
48. Carolina ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora a empresa “V” Ltda dando à causa o valor de R\$ 15.000,00. A referida reclamação foi julgada procedente e a empresa “V” Ltda interpôs recurso ordinário. Neste caso, no referido recurso, o parecer do Ministério Público será
- (A) escrito, tendo este o prazo de sessenta dias após a distribuição do recurso para enviar o referido parecer diretamente ao relator.
 (B) escrito, tendo este o prazo de trinta dias após a distribuição do recurso para enviar o referido parecer diretamente ao relator.
 (C) oral na sessão de julgamento, se este entender necessário, sendo registrado na certidão de julgamento.
 (D) oral na sessão de julgamento, sendo obrigatório o comparecimento de seu representante em todos os julgamentos, em razão do *munus* público que despenha.
 (E) escrito, tendo este o prazo de vinte dias após a distribuição do recurso para enviar o referido parecer diretamente ao relator.



49. Considere as seguintes hipóteses:
- I. O autor renunciou ao direito sobre o qual se funda a ação.
 - II. A petição inicial foi indeferida uma vez que inepta.
 - III. O reclamante não compareceu à audiência e o processo foi arquivado.
 - IV. O juiz acolhe alegação de litispendência.
- Caberá recurso ordinário nas hipóteses
- (A) III e IV, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) I, II e IV, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
50. Uma lei foi elaborada, promulgada e publicada. Por não conter disposição em contrário, entrará em vigor 45 dias depois de oficialmente publicada, data que cairá no dia 18 de abril, feriado (sexta-feira da paixão de Cristo); dia 19 de abril é sábado; dia 20 de abril é domingo; dia 21 de abril é feriado (Tiradentes). Essa lei entrará em vigor no dia
- (A) 19 de abril.
 - (B) 21 de abril.
 - (C) 20 de abril.
 - (D) 22 de abril.
 - (E) 18 de abril.
51. Lucius, através de contrato de empreitada com preço global certo e ajustado no respectivo instrumento, contratou o empreiteiro Petrus para reformar a sua residência. Durante a reforma, o preço de mercado dos materiais sofreu redução de 12% do preço global convencionado. Nesse caso, o preço global convencionado, a pedido do dono da obra,
- (A) poderá ser revisto, para que se lhe assegure a diferença apurada.
 - (B) não poderá ser revisto, porque o contrato faz lei entre as partes.
 - (C) só poderá ser revisto, se a redução ocorrida no mercado for superior a 20%.
 - (D) só poderia ser revisto se a redução ocorrida no mercado fosse do preço da mão de obra.
 - (E) só comporta redução se o preço do material e também da mão de obra for superior a 30%.
52. A respeito da compra e venda, é correto afirmar:
- (A) É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
 - (B) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
 - (C) As despesas com a tradição da coisa móvel correrão por conta do comprador.
 - (D) Nas vendas a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
 - (E) A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação em contrário, dar-se-á no domicílio do comprador.
53. A respeito dos atos jurídicos lícitos e ilícitos, considere:
- I. Constitui ato ilícito a destruição da coisa alheia a fim de remover perigo iminente.
 - II. Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelos bons costumes.
 - III. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) III.
 - (E) I.
54. Petrus adquiriu, através de compromisso particular de venda e compra, um apartamento, sabendo tratar-se de coisa litigiosa, face à existência de ação judicial proposta por terceiro que se diz proprietário do imóvel. Nesse caso, Petrus
- (A) poderá intervir no processo através de denunciação da lide.
 - (B) não poderá intervir no processo.
 - (C) poderá ingressar em juízo substituindo o alienante, sem o consentimento da parte contrária.
 - (D) poderá intervir no processo na qualidade de oponente.
 - (E) poderá intervir no processo, assistindo o alienante.
55. Tulus pretende ajuizar ação fundada em direito real sobre bem móvel. Essa ação, em regra, deverá ser proposta
- (A) no foro do domicílio do autor.
 - (B) no foro do domicílio do réu.
 - (C) no foro da situação da coisa.
 - (D) no foro em que foi celebrado o contrato.
 - (E) em qualquer foro.



56. Numa execução por quantia certa contra devedor solvente, os embargos do executado
- (A) só poderão ser rejeitados liminarmente quando intempestivos.
 - (B) só poderão ser opostos pelo executado se tiver ocorrido penhora, depósito ou caução.
 - (C) deverão, em regra, ser processados com efeito suspensivo salvo entendimento judicial contrário, em decisão fundamentada.
 - (D) serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
 - (E) serão processados nos autos da execução, devendo o exequente ser ouvido no prazo de 10 dias.
-
57. A respeito da revelia, considere:
- I. Os prazos correrão contra o revel, independentemente de intimação, a partir de cada ato decisório, ainda que tenha constituído patrono nos autos.
 - II. Não se reputarão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.
 - III. O juiz poderá conhecer diretamente do pedido e proferir sentença, quando ocorrer a revelia.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) III.
-
58. Terá direito ao recebimento de um salário mínimo mensal, conforme dispuser a lei,
- (A) a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribuam à seguridade social.
 - (B) a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de contribuição à seguridade social.
 - (C) apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
 - (D) apenas o idoso, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
 - (E) apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção, mesmo que sua família possa provê-la, independentemente de contribuição à seguridade social.
-
59. Paulo, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, foi acometido de doença especificada em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social, de acordo com os critérios de deformação. Paulo, então, requereu à Previdência, o auxílio-doença. Referido benefício será concedido
- (A) respeitada a carência de 10 (dez) contribuições mensais.
 - (B) respeitada a carência de 12 (doze) contribuições mensais.
 - (C) respeitada a carência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.
 - (D) independente de carência.
 - (E) respeitado o período de carência correspondente ao número de contribuições realizadas a partir do momento em que a doença foi adquirida.
-
60. Airton, filiado ao Regime Geral de Previdência Social, recebeu durante o ano auxílio-reclusão. Dessa forma, a ele o abono anual
- (A) é devido, calculado, no que couber, da mesma forma que o Descanso Semanal Remunerado dos trabalhadores, tendo por base o valor médio da renda mensal do benefício do mês de dezembro do referido ano.
 - (B) não é devido, pois o mesmo cabe apenas a quem recebeu, durante o ano, auxílio-doença e aposentadoria.
 - (C) é devido, calculado, no que couber, da mesma forma que o Descanso Semanal Remunerado dos trabalhadores, tendo por base o valor da hora mensal trabalhada.
 - (D) não é devido, pois o mesmo cabe apenas a quem recebeu, durante o ano, aposentadoria.
 - (E) é devido, calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro do referido ano.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

I. Atente para o seguinte texto:

A todo momento somos levados a escolher entre drásticas oposições: direita ou esquerda, a favor ou contra o aborto, maior ou nenhuma repressão policial e tantas mais. Mas é bom lembrar que tais oposições podem ser simplórias, e há muito espaço entre os extremos para ser investigado e avaliado.

II. Com base no trecho acima, redija um texto dissertativo-argumentativo. Justifique amplamente seu ponto de vista.

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |